



PLENÁRIO

11ª LEGISLATURA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA

2º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 7 DE NOVEMBRO DE 2024.

Presidência dos Senhores Vereadores Carlo Caiado, Presidente; Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente; e, a convite, Edson Santos e Luiz Ramos Filho.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Senhores Vereadores Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Jair da Mendes Gomes, Marcio Ribeiro, Marcio Santos e Paulo Pinheiro 9 (nove), assume a Presidência o Senhor Vereador Edson Santos, a convite.

O SR. PRESIDENTE (EDSON SANTOS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens, dou por aberta a Sessão”.

Passemos ao Grande Expediente.

Passa-se ao

Grande Expediente

O SR. PRESIDENTE (EDSON SANTOS) – Não havendo oradores inscritos, a Presidência franqueia a palavra.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Sessão fica suspensa até as 15h40.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h01 e reabre-se às 15h40, sob a Presidência da Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Está reaberta a Sessão. Terminada a Primeira Parte do Grande Expediente, passemos à Segunda Parte.

O orador inscrito é o nobre Vereador Jorge Pereira, que dispõe de 20 minutos.

O SR. JORGE PEREIRA – Boa tarde aos senhores que fazem parte do trabalho da Casa nesta quinta-feira.

Sou o Vereador Jorge Pereira. Ontem, dentro de uma reunião com o governo – a Senhora Presidente também, desculpe-me, nossa companheira da Ilha. É interessante ela saber o que está se passando aqui também. Não dá para saber tudo, ninguém lê tudo e ninguém é enciclopédia, mas tem coisas que chamam a atenção e a gente precisa ler e estudar. E, talvez por isso, alguns vereadores não tomem ciência ao pé da letra e se torna necessário que a gente venha aqui explicar o que está havendo, para se mediar a desgraça que vem pela frente.

Ontem, depois de muito tempo, até pela idade mesmo, a gente não tem muito poder de lágrimas. Ontem, pela primeira vez, fazendo defesa de meu ponto de vista diante dos membros do governo que se reelegeu, novamente, pela quarta vez, eu chorei.

No começo, eu tive vergonha por ter chorado, mas depois me lembrei de que eu chorava naquele momento porque muitas pessoas vão chorar. Não são muitas, não, são milhares! Não há vitória quando a derrota é total.

Para quem não sabe, os vereadores novos que me estejam ouvindo, quem é esse velhinho que está aqui falando, eu tenho sete mandatos. Eu entrei em 1988, na época que o Bolsonaro até ganhou a eleição também. Nós entramos juntos no Plenário.

Eu parei em 2012 para me defender de acusações que vão ser comuns na vida de muitos vereadores que estão aqui hoje. São acusações falsas, são produzidas pela imprensa, e você ou sai para se defender ou fica aqui apanhando, não é? E eu consegui me livrar da acusação, que era uma idiotice, porque o meu patrimônio e o da minha família não têm nada ver com a minha vida pública.

Mas o que me traz aqui, na verdade, não é contar minha vida, que muitos sabem quem eu sou, não só os eleitores que votaram sempre com grandes votações em mim, mas os meus colegas, que muitos são filhos de pessoas que foram colegas meus nesta Câmara e que hoje estão aqui, na Assembleia Legislativa e em outros locais.

Hoje eu estou falando de um projeto que, por esses anos todos, é o mais importante e é o mais grave para a cidade! Não é aquele que o Prefeito anterior, o Crivella, fez, que arreventou com a cabeça de todo mundo, que hoje ninguém consegue alugar, viver, a cidade está passando, depois da pandemia, por um caos financeiro, todo mundo está com problema.

Chegou um projeto aqui, o nome desse projeto, a ementa... ele institui, para o cumprimento de uma função chamada social, da propriedade do município, baseado no Estatuto das Cidades, no Plano Diretor. Não é verdade! Os vereadores têm que ler! Não tem nada com o Estatuto da Cidade, nem coisa nenhuma. O que está se votando aqui é uma coisa tão inconstitucional, porque ela tira de você o direito à propriedade.

Todo cidadão, pela Constituição, ele tem direito a ter sua casa, seu imóvel. Ninguém pode interferir nisso. Você pode comprar um terreno sozinho, com seu irmão, pagar a prestação dele. Você não pode ser proibido de comprar, no lançamento de um loteamento, um terreno e ser obrigado a construir em três anos, sob pena de ele ser tomado de você. E no quinto ano, sem construir a casa, você vai pagar 15% do valor do terreno.

Primeiro que 15%, que está na lei, é confiscatório. É uma lei tão confusa! Os mapas que deveriam estar aqui, eles não estão. Eu vi o presidente na reunião ontem, perguntou: “Mas entrou um mapa da Barra?” Entrou. E eu tenho uma história engraçada, aconteceu lá, não foi só choro meu não. A vereadora perguntou lá: “Mas a área, não sei o quê”, aí disseram para a vereadora que o mapa dela está aqui. Em Irajá, se ela votar isso, ela nunca mais tem um voto. Não tem. Aí ela disse: “A área mínima é 250”. Realmente 250 é a área mínima para uma casa não ser demolida, ou modificada, ou deixar fechada. Mas ninguém disse a ela o que está escrito aqui. As pessoas não estão lendo, estão comemorando quem ganhou e os outros estão chorando.

O que acontece? Está escrito aqui assim: “A casa com 250 m², ninguém vai fazer nada”. É verdade. Aí diz aqui: “O imóvel não utilizado, sem uso, comprovado há mais de cinco anos etc”. Eles chegaram à conclusão... Aí eu peguei uma casa lá, onde se fala Irajá. Área: 250 m². Ela disse na hora para quem disse: “Não, isso aí é bom”. A vereadora disse na

AGORA VOCÊ PODE
VISITAR O PALÁCIO
PEDRO ERNESTO
SEM SAIR DE CASA

CLIQUE AQUI E ACESSE





mesa: “Que ótimo! Duzentos e cinquenta metros é um bom tamanho”. Só não leu o resto: “Que seja propriedade única”. Eles erraram tanto que eles botaram no mapa aqui uma casa de 250 metros, exatamente na região da vereadora, e lá atrás tem outra casa.

Todas essas casas nessas regiões denominadas AP-1, AP-1 entra São Cristóvão, Mangueira, Benfica, olha, entra tanto lugar, entra Saúde, entra Gamboa, Santo Cristo, onde eu nasci. E como se não bastasse, nós temos também a AP-3, que é gigante, aí entra Irajá, 076. Essa casa é de Irajá. Bateram a foto de uma casa em Irajá. Coincidentemente é igual a algumas casas que tem na Zona Oeste. Só que esqueceram que os fundos saíram. Nos fundos dessa casa têm outra casa. Normalmente as pessoas constroem sua casinha e uma nos fundos.

Todas as casas, sem exceção, que estão em Campo Grande, Bangu, dentro de todas as APs, o dono tem aquela casa e tem uma nos fundos que ele faz para os seus filhos, e tem dois relógios, para o pai, que tem duas ou três casinhas nessas regiões. Hoje essa lei proíbe você de comprar um terreno, porque você tem um prazo para fazer a ocupação do terreno. Você tem que comprar e fazer a casa. Se não fizer no início de no mínimo dois anos, você começa a pagar o IPTU.

Vamos ver, pessoal, uma curiosidade, quando começa a primeira multa que você vai receber, por não ter dinheiro para fazer sua casa correndo. Dentro de 250 metros, não pode ter mais. O primeiro é 6% ao ano. No segundo ano... Pessoal, isso está aqui na lei, não lê quem não quer. Eu estou reproduzindo dados que estão na minha mão.

A segunda multa por não fazer, o segundo ano é 8,50%; no terceiro ano é 11%; no quarto ano é 13,5%; e no quinto ano e nos seguintes, você vai pagar 15%, 15% de imposto. Porque você não conseguiu fazer aquele imóvel.

Isso se denomina, esse terreno que você está lá para fazer, imóvel abandonado, porque você não construiu o terreno. Eu não acredito que um monte de vereador que entrou, por mais eufórico que esteja e os vereadores desta Casa não tenham um assessor para pegar a lei e marcar para os seus vereadores, dizendo: “Ó, isso aqui é um tiro no pé e jamais vai funcionar”.

Eu não sei quem instruiu o prefeito. Errado. Botaram aí o Dionísio, apesar do jeito educado dele, para passar por uma dessa. Nós todos vamos passar por outro lado da vida, mas esse homem não merecia, com a idade dele, estar passando essa vergonha aqui, ter que aprovar um negócio que não tem pé nem cabeça.

Se hoje o mercado não tem casa, alugado e vendendo, nem consertando, não há dinheiro no mercado pessoal. Eu estou com a empresa abandonada em 400 m², a embaixada americana abandonou o prédio dela, do lado do meu prédio, eu vou perder. O ano passado eu paguei os impostos todos, eu não tenho como, é um imóvel abandonado.

Ah, mas muita gente do Centro da cidade, eles estão pegando o imóvel, pagando a portaria e o IPTU parcelado. Eu não consegui, há dois anos eu não consigo, ninguém vai ficar no meu imóvel. Depois da pandemia as empresas quebraram, não há dinheiro sobrando, nem você tem dinheiro para uma casa grande sem reformar. Você sabe quando quebra o cano da casa e é difícil achar até quem conserte. E a lei diz ao contrário, diz que toda casa que estiver abandonada, suja, maltrapilha, vai ser obrigada a ser reformada ou ter utilidade social, segundo as leis que citam.

Agora esquece o autor disso aqui que o governo está vendendo as terras dele, o Governo Federal. Eu moro no Joá, eu sou foreiro da Marinha, foreiro, eu tenho foro. Metade da propriedade que o IPTU me cobra é roubado. Por quê? Porque a Marinha me cobra, agora o Governo Federal está me ofertando para comprar o meu terreno. Todo terreno que é foreiro, toda Santa Luzia, para quem não sabe, além do IPTU que a gente paga, você é foreiro. Aí vocês vão dizer, mas como é que lá é foreiro? Todo mundo, para quem não sabe, que tiver um escritório na Santa Luzia, pergunte lá. Nós temos lá um grupo de trabalho de amigos que foram vereadores, saíram para lá. Aliás, o prédio meu é em frente ao Tribunal de Contas do Município, eles pagam foro. A Marinha, o Aterro da Glória, todo mundo paga foro, mas é obrigado a pagar IPTU.

Imagine você ter um prédio na Marina, está abandonado, e você ter que demolir ou entregar à Prefeitura. A Prefeitura está tomando, pelas listas que eu tenho aqui, é muito grande a lista, quase que 80% da cidade.

Agora, eu conheço da Prefeitura diversos imóveis abandonados. Eu conheço várias praças tomadas por carroças de pessoa vendendo.

A pessoa, quando não consegue reformar seu imóvel, a sua casa, não é porque ela não quer, é porque não há dinheiro no mercado. Quando você não consegue alugar uma casa, é porque você não tem dinheiro.

Então, essa lei aqui é draconiana, ela é altamente perigosa. Além do perigo que ela traz, ela traz nos artigos e nas entranhas dela uma maldade que é muito difícil, que um vereador desta Câmara, vocês podem até votar, porque têm ligação com o prefeito, mas essa lei aqui acaba com vocês. E com esta Câmara, eu estou deixando esse legado de dizer, como últimas palavras – não que eu vá morrer amanhã, porque eu não sei – mas porque talvez sejam meus últimos discursos, no dia de hoje. Eu não quero me apresentar mais aqui, porque depois de uma lei dessas, como acredito que muitos vão fazer.

Um artigo aqui: “[...] a transmissão do imóvel por ato intervivos...” O cara está no inventário, mas vem a prefeitura: esse imóvel eu quero porque está abandonado. Está brigando lá. Vai pagar uma multa aqui: “[...] posterior à data da notificação, transfere as obrigações do parcelamento, edificação, utilização prevista nesta seção, sem interrupção de qualquer prazo...”

O prazo da obrigação de reformar, de tornar o imóvel bom e valioso é dos que sobraram de uma família. Outra coisa que esqueceram – foi quando eu chorei porque conheço pessoas com problemas no inventário – é que tem pessoas que receberam uma ou duas casas, de uma família, e estão há 8 ou 10 anos na justiça, fazendo vaquinha para a acabar o inventário. O inventário mais longo é o do Brasil; ninguém consegue fazer inventário. Eu duvido, nesta Câmara, quem me ouve, que não tenha problema de inventário. Não consegue sair o inventário. Fazem reuniões, é uma brigalhada, e o imóvel vai deteriorando. Só que agora a Prefeitura resolveu que, com relação ao que está deteriorado, ela vai notificar e vai tomar.

Isso que eu estou dizendo está na lei. Se eu ler essa lei toda para vocês – e vocês deveriam levar para a família de vocês e para os amigos – vocês caem duros! Não há, neste país, nem neste planeta, nenhum município que tenha a coragem de botar uma lei dessas para funcionar.

Não bastasse essa tributação maluca aqui, ousou o nobre prefeito – acho um deboche com os vereadores, mas, se os vereadores querem, é problema deles – porque na lei, matéria edilícia quem define é a Câmara Municipal. É a Constituição Federal, essa constituição que eu ajudei a fazer. Tenho meu nome e meu retrato dentro dela. A Constituição é clara; diz claramente: matéria edilícia é da competência dos vereadores.

Eu vou ler um artigo aqui para vocês: “[...] As áreas prioritárias para implantação dos instrumentos previstos nesta lei complementar, no âmbito das macrozonas...” – que são todas – “... definidas nos artigos 1º e 2º, serão definidas em ato do Poder Executivo...”

Meu pessoal, por essa lei aqui, vai ser decisão do prefeito dizer qual é a macrozona. Eu tenho milhares de macrozonas aqui. Quando você cismar, você abre aqui: Vamos a Realengo! Vamos a Bangu! Vamos a Campo Grande! Tudo aqui está marcado para entrar no IPTU progressivo.

Ora, se vocês vereadores, que assumiram, ou que estão há anos, não tiverem um assessor que leia isso, sublinhe para vocês o que está escrito aqui, a minha voz é nenhuma.

Não estavam Barra da Tijuca, não estava Zona Oeste, não estavam. Agora, no novo mapa, apareceram todas as regiões. Quando muitos vereadores se reúnem, vários querem falar ao mesmo tempo, e o vereador não tem chance de explicar. Muita coisa que eu estou falando dessa lei é para ver se a cabeça de vocês entra e entende isso.

(Durante o discurso do Sr. Vereador Jorge Pereira, assume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vereador Jorge Pereira, infelizmente esgotou-se o tempo. Já são 16 horas e 23 segundos, depois eu dou a palavra pela ordem a Vossa Excelência.

O SR. JORGE PEREIRA – Estou só acatando aqui.

Bom, eu espero, para finalizar, Senhor Presidente, que os nobres vereadores abram nas macrozonas responsáveis em suas áreas de votação e





leiam o que está aqui. Uma das coisas mais fortes que está aqui é quando o vereador abre mão do poder de legislar sobre matéria edilícia e entrega. Mas está entregando o mandato dele também, porque ninguém, quando chegar na área e perguntar: “Ah, quem foi que votou?”, vai estar o nome lá do vereador que votou, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passemos ao Prolongamento do Expediente.
Passa-se ao

Prolongamento do Expediente

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Mesa dará ciência das proposições recebidas.

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3591/2024

REQUEIRO À MESA DIRETORA, NA FORMA REGIMENTAL, A CONCESSÃO DA MEDALHA SÃO FRANCISCO DE ASSIS 3º MILÊNIO PARA O SR. THIAGO BRITO DA SILVA.

Plenário Teotônio Villela, 5 de Novembro de 2024.

Eliseu Kessler
Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3594/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a Concessão do Conjunto de Medalhas do Mérito Pedro Ernesto a Marcos Dias – Presidente Municipal do Podemos - Rio de Janeiro.

Plenário Teotônio Villela, 5 de novembro de outubro 2024.

ALEXANDRE ISQUIERDO
VEREADOR

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

Registrando a abstenção do nobre Vereador Rocal.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3595/2024

Requeiro à Mesa Diretora, na forma Regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Dr. Marcelo Adeodato Bello, Médico com especialização em Ginecologia Oncológica e Mastologia e atual Diretor do Hospital do Câncer III, do Instituto Nacional de Câncer José Gomes de Alencar.

Plenário Teotônio Villela, 30 de outubro de 2024.

JORGE PEREIRA
Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, João Mendes de Jesus, Jorge Felipe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Veronica Costa, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Willian Coelho e Zico.)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Esgotada a matéria do Prolongamento do Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Passa-se à

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Átila Nunes, por delegação da liderança do PSD, que dispõe de cinco minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Boa tarde, Presidente; boa tarde a todos os vereadores e vereadoras, a todos os servidores da Casa, toda a imprensa também que acompanha a votação de hoje e aqueles que nos acompanham também de forma remota.

Presidente, só para nós... considerando que, na última sessão, houve falta de entendimento em relação à votação do projeto de lei que se encontra – se eu não estiver enganado, ele é o primeiro da pauta, é o da contratação por tempo determinado.

Queria primeiro lembrar que houve uma reunião. Pudemos até contar com a presença das vereadoras, pelo menos de duas vereadoras do PSOL. A gente agradece. Reunião agora realizada ao meio-dia. Também o Vereador Dr. Rogério Amorim se fez presente na reunião. Eu entendo que é bem importante.

Na terça passada, nós fizemos uma reunião sobre o IPTU progressivo. O Vereador Jorge Pereira já ocupou, agora, há pouco, a Tribuna para fazer também questionamentos, chamar atenção para pontos que devem ser corrigidos ou, pelo menos, que a gente deva se debruçar para fazer um debate mais profundo. Eu falo isso porque são dois projetos que se encontram na pauta do dia.

Mas queria fazer um apelo especial para o primeiro, o primeiro projeto do dia é um projeto que tem uma ligação muito forte para a continuidade da operação do BRT, que eu não tenho dúvida nenhuma, foi um dos maiores ganhos deste mandato, que está se encerrando daqui a um pouco. A população percebe a diferença que fez. Nós recebemos, no dia 1º de janeiro de 2021, um sistema muito comprometido, um sistema que se encontrava ali, inclusive, de forma tão degradada, que colocava em risco de morte os passageiros ou, no mínimo, algum tipo de acidente, fora a falta de conforto. Realmente estava numa situação muito complicada.

Passado esse período inicial, muitos não acreditavam na capacidade de o governo atual fazer a correção necessária no sistema BRT. Inclusive, muitos pleitearam, entendiam, na eleição de 2020, que o sistema BRT deveria ser extinto. E, com muito trabalho e cooperação, não só do Poder Executivo, mas também do Poder Legislativo, o que foi fundamental para que a gente pudesse fazer a recuperação necessária desse sistema. Nós conseguimos – diria, acho que de mãos dadas entre o Poder Legislativo





e Executivo – entregar um sistema hoje funcional, um sistema hoje que atende... As próprias pesquisas têm sinalizado e mostrado o quanto que o sistema melhorou, o quanto que a vida do passageiro melhorou, aquele passageiro que precisa fazer o uso do BRT.

E a gente percebe que, em grande parte, isso se deu ao sistema que foi proposto, o da MOBI-Rio, ou seja, a intervenção que foi realizada, depois da criação da MOBI-Rio. Diga-se de passagem, a operação da MOBI-Rio só é viável no dia-a-dia, com a agilidade de contratações, agilidade para fazer com que tanto mecânicos, motoristas, etc., ou seja, vários funcionários e especialistas possam dar conta de toda a demanda que existe para uma operação tão complexa como essa. Diga-se de passagem que essa empresa, que é da Prefeitura do Rio de Janeiro, hoje entrega resultados infinitamente melhores do que o consórcio que até então operava, estava à frente do BRT.

Eu falo isso porque, nitidamente, é uma fórmula que está dando certo. Aí, já estou fazendo essa fala porque eu queria fazer um apelo a todos os vereadores. Acho que, independente de oposição, independente de situação, eu acho que é inegável que, se a gente não entregar, não permitir que a MOBI-Rio siga com a sua função, com as ferramentas necessárias para o bom funcionamento do sistema BRT, o maior atingido não seremos nós, vereadores de oposição, de situação, e sim a população. A população, a partir de janeiro, caso esse projeto não seja aprovado, simplesmente não vai poder, na prática, contar com motoristas, mecânicos, etc.

Eu queria fazer um apelo aqui, independente, obviamente, de divergências, isso faz parte, mas que a gente possa dar continuidade, renovar, através da aprovação desse projeto de lei que se encontra no início da pauta. Então é realmente um apelo aqui porque a gente está na reta final dessa legislatura.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado ao Líder do Governo.

Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Pinheiro, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO PINHEIRO – Senhor Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores: queria falar, não sei se o Líder do Governo está aqui ainda, o Átila Nunes. Ele fez uma introdução aqui sobre o primeiro projeto da pauta, esse das contratações temporárias. E eu queria falar rapidamente, antes de falar sobre o projeto, eu queria comentar a tramitação do projeto na Casa.

O Vereador Átila fala e pede aos vereadores de apoio ao governo, de oposição, que pensem que esse projeto é um projeto para ajudar a Mobi-Rio, que é um projeto para ajudar o trabalho dos BRTs. Mas eu queria lembrar ao Líder do Governo, na reunião que aconteceu hoje – eu estava representado pelo meu chefe de gabinete e estava acompanhando, porque eu estava com um compromisso de saúde e não poderia vir até a Casa – foi dito pelo doutor Dionísio que o projeto inicial era um projeto para a Mobi-Rio, mas que diante da não votação, do adiamento da votação, porque não teve quórum para votação ontem, de acordo com o andamento do projeto na Casa, o governo resolveu ampliar esse projeto para outras áreas, apresentando um substitutivo.

O substitutivo não tem nada a ver diretamente só com a Mobi-Rio. O substitutivo fala, só para que a gente possa ser ouvido, a gente pode perder mas tem o direito de esperar, não é isso? Não é verdade, Vereador Rocal? Tem que ter o direito de esperar, se não se consegue nem esperar...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Peço atenção ao Plenário. Temos orador... Aumenta o som, por favor.

O SR. PAULO PINHEIRO – Eu queria lembrar ao Líder do Governo que o que foi apresentado hoje não é mais o projeto da Mobi-Rio. É o projeto para toda a cidade. Entra lá, fala sobre as políticas de assistência social, de educação, de saúde, os itens estão todos catalogados. Ou seja, a modificação não é somente para Mobi-Rio, a modificação é para a cidade inteira. E esse projeto, independente da discussão jurídica, é preciso que

os parlamentares entendam que nós estamos votando algo muito sério, algo muito sério. Significa que o governo não tem mais obrigação de fazer concurso público, o governo, com isso, pode contratar alguém. E esse projeto, antigamente, falava sobre as contratações emergenciais.

Eu lembrei na minha primeira fala, aqui anteontem, sobre o que aconteceu na Casa no ano da pandemia. Estavam se encerrando contratos que não eram especificamente temporários, eram contratos da RioSaúde, que são contratos de duração de um ano, renovados por mais um ano, o mecanismo é o mesmo. E na época, no governo do ex-prefeito Crivella, ele resolveu aceitar aqui um adiamento por seis meses, porque ia mudar o ano, iam chegar pessoas novas, sem experiência para serem contratadas, e que era preciso manter aqueles profissionais que estavam ali, e foi através de um ato de excepcionalidade.

O que nós estamos fazendo agora é dizer o seguinte: por qualquer motivo, que não é mais só a emergência, por um motivo que falta, por exemplo, o argumento de que faltam professores, por isso eu vou contratar professores temporários. Por que faltam professores? Porque aqueles que estão no banco não são chamados.

Nós estamos criando um mecanismo que não é verdadeiro. Na falta de, eu me lembro muito, no início da minha profissão, quando a gente discutia muito um assunto que é muito discutido aqui pela Vereadora Thais...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Peço para concluir, Vereador.

O SR. PAULO PINHEIRO – Vou concluir. Que é a questão do aleitamento materno. A propaganda da fábrica de leite artificial dizia o seguinte: na falta do leite materno, use o leite artificial. Mas por que falta leite materno? Toda mulher tem leite materno. Falta porque as práticas eram tomadas para o leite não descer. A mesma coisa é agora. Então o primeiro ponto é esse.

O segundo, para encerrar, Presidente, é a questão da votação do que foi feito em relação ao projeto, ao substitutivo. Eu queria deixar aqui bem claro, bem claro, que não sou, não assinei pela Comissão de Saúde, eu não assinei como coautor do projeto. Eu não sou coautor do projeto, não me sinto. A Comissão teve votos favoráveis, é verdade, como a Comissão de Administração também teve votos favoráveis, não teve voto do Presidente. E eu queria dizer que eu não me sinto coautor desse projeto. Democraticamente a comissão decidiu, tudo bem.

Agora acho que teríamos que ter mais algum tempo para discutir, e essa pressa é inimiga da perfeição. Sobre o projeto eu vou discutir posteriormente, mas lamento a maneira como a Câmara está conduzindo esse projeto, que é, para nós, um desrespeito à discussão democrática do projeto.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Muito obrigado.

O Vereador Marcio Ribeiro abriu mão da sua fala para o Vereador Felipe Michel.

Pela ordem, o Vereador Felipe Michel, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Boa tarde, nobre Presidente. Boa tarde, nobres vereadores.

Eu queria aqui, Presidente, antes de qualquer coisa, chamar a atenção de todos os nobres vereadores, justamente por conta do nosso trabalho à frente da Comissão de Transportes, da qual tenho muito orgulho de ser o Presidente, junto com o meu irmão, o Vereador Luiz Ramos Filho e o Vereador Alexandre Isquierdo.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Por favor, vamos respeitar. Tem um orador falando. Após o orador usar a sua fala, vocês se pronunciam. Por favor, todos são bem-vindos, mas temos que respeitar o orador, a fala.

O SR. FELIPE MICHEL – Obrigado, Presidente. Então, conforme eu estava falando, Presidente, a Lamsa e a Prefeitura precisam, urgente, dar uma resposta para o carioca. Isso é urgente, porque vidas estão expostas diariamente nos túneis da nossa cidade.





O Corpo de Bombeiros, para vocês terem uma ideia, dos 42 túneis que nós temos na nossa cidade, só dois, vereadores, estão autorizados a ter a circulação de veículos na nossa cidade. E aí, Presidente, o Ministério Público, já que a Prefeitura não se posiciona, o Ministério Público precisa intervir. E aí, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Por favor, todos são muito bem-vindos, nós temos orador fazendo uso da palavra.

Infelizmente vamos ter de esvaziar as galerias. Nós temos de dar prioridade, conforme o regimento, à fala do vereador. Por favor!

O SR. FELIPE MICHEL – Obrigado, Presidente.

Olha só, só para poder dividir aqui, os servidores que estão aqui, vamos respeitar o parlamento, para o parlamento respeitar os servidores. Porque olha só, servidores, vamos respeitar, porque nós precisamos dos vereadores para que se mantenha sempre o respeito pelos servidores. Isso não adianta. Os vereadores que são favoráveis aos servidores e os servidores jogando contra.

Está difícil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Por favor.

O SR. FELIPE MICHEL – Presidente, então vamos lá. Para resumir, uma medida precisa ser tomada. Dos 42 túneis, dois não estão autorizados a ter circulação na nossa cidade. Já que a Prefeitura não se posicionou até hoje, o Ministério Público precisa intervir. Nós, como Comissão de Transportes e Trânsito, protocolamos no Ministério Público e ainda não tivemos posicionamento. Já apontamos todas as irregularidades nos túneis, principalmente na Linha Amarela, uma via pedagiada, e que o carioca está circulando diariamente com a sua vida em risco.

Então aqui, como Presidente da Comissão de Transportes e Trânsito, nós faremos, semana que vem, uma fiscalização, e com uma notícia-crime. Porque do jeito que está, Presidente, não dá. O carioca está diariamente colocando sua vida em risco!

Vale lembrar que só esta semana, um ônibus pegou fogo na Linha Amarela, outro pegou fogo no Túnel Rebouças. E é uma tragédia anunciada. E que a Prefeitura e o Ministério Público precisam intervir.

Nós, como Comissão de Transportes e Trânsito, faremos mais uma vez uma fiscalização, pois a vida do cidadão está correndo risco. E para fechar, Presidente, me desculpe. Quero dividir aqui com todos os vereadores que hoje o STF suspendeu a nossa Lei de Encampação, para acabar com aquela vergonha no pedágio da Linha Amarela.

Presidente, é triste! O Parlamento votou por maioria para a gente encampar a Linha Amarela. Aquele pedágio já foi pago pelo carioca e, infelizmente, hoje, o STF suspendeu a nossa lei para acabar com aquela vergonha. A Linha Amarela já foi paga, Controladoria, Tribunal de Contas, obras superfaturadas. Nós, vereadores, votamos aqui...

Presidente, sabe como eu me sinto? Que o nosso trabalho está sendo em vão. Triste e lamentável! O Rio de Janeiro hoje está de luto com essa suspensão da nossa lei de encampação para a gente pegar de volta o pedágio da Linha Amarela.

Uma vergonha o que a Lamsa está fazendo com o carioca, com o Rio de Janeiro e com o Parlamento da nossa cidade! Muito obrigado, Senhor Presidente.

A SRA. THAIS FERREIRA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Thais Ferreira, que dispõe de três minutos.

A SRA. THAIS FERREIRA – Obrigada, Senhor Presidente.

Sei que o clima está tenso em relação ao projeto do Executivo, mas hoje eu queria falar muito rapidamente do caso do menino Bernard, um jovem negro de 18 anos que está preso injustamente há pouco mais de um mês.

A gente vive e denuncia sempre a criminalização da juventude negra. A mãe do Bernard, Tamara, fez aniversário na terça-feira, e o presente

que ela ganhou foi no dia de ontem fazer a primeira visita ao filho dela em um presídio. É uma situação humilhante, uma situação que nenhuma de nós deve passar, mas que infelizmente se torna rotina em um país em que mais de 90% dos mortos policiais são homens negros entre 18 e 29 anos, em um país em que mais de 70% da população carcerária também são formados pelas pessoas negras e jovens no socioeducativo também são meninos negros, passa de 70% esse número.

No caso de Bernard, ele era um jovem trabalhador que estava há quatro anos tentando atendimento de saúde na rede pública da Cidade do Rio de Janeiro, porque há quatro anos ele vinha enfrentando convulsões de epilepsia e não conseguiu acesso, está na fila do SisReg, completou 18 anos, trabalhando para ajudar sua família como entregador, como muitos dos nossos jovens para acessar a renda de forma informal infelizmente fazem, e no dia de lazer, em um dia de folga desse trabalho, Bernard foi infelizmente, após o retorno da praia, ou seja, o seu direito à cidade foi violado, Bernard foi impedido pela polícia de continuar o seu acesso ao lazer e foi levado, detido e está há mais de um mês preso.

Venho aqui denunciar esse caso. Não é um caso único, não é uma história única. Infelizmente, é uma história que se repete, e nós precisamos, sim, mobilizar os nossos pares, as organizações e as instituições para proteger a vida dos jovens negros e, sim, garantir através do lazer, do direito à cidade, da cultura e da educação, mobilidade social para que essa juventude permaneça viva.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM CONTINUAÇÃO DA 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2584/2023 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 90/2023), QUE “ALTERA A LEI Nº 1.978, DE 26 DE MAIO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”.

PARECERES DA:

Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Átila Nunes (Verbal);

Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Marcio Ribeiro (Verbal);

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira FAVORÁVEL, Relator Ver. Alexandre Beça (Verbal).

SUBSTITUTIVO Nº 1 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO E DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO; HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL; PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL; EDUCAÇÃO; ASSISTÊNCIA SOCIAL; CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA; ESPORTES, LAZER E EVENTOS; TRABALHO E EMPREGO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

QUÓRUM: MA

* Em votação requerimento de adiamento por 1 sessão.

*Prazo em 13/12/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Em função do Regimento Interno, o projeto tem um requerimento de adiamento por uma sessão,





porque não deu quórum na outra sessão, por isso terei que remeter à apreciação do Plenário.

Em votação o requerimento de adiamento por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ÁTILA NUNES – Solicito verificação nominal de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitada a verificação nominal de votação pelo nobre Vereador Átila Nunes.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a verificação nominal de votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Carlos Bolsonaro, Dr. Rogério Amorim, Felipe Michel, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Teresa Bergher e Thais Ferreira 9 (nove). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Junior da Lucinha, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Ulisses Marins, Waldir Brazão, Willian Coelho e Zico 27 (vinte e sete). Presentes 37 (trinta e sete) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 36 (trinta e seis) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 37 (trinta e sete) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 9 (nove) senhores vereadores; NÃO 27 (vinte e sete) senhores vereadores. O requerimento está rejeitado.

Em discussão.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Para discutir a matéria, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para discutir a matéria, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de 15 minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Senhor Presidente, por favor, peço para recomeçar o tempo, para concluir o raciocínio. Presidente, eu queria começar esse discurso e essa discussão importante para a Cidade do Rio de Janeiro alertando aos nobres vereadores que aqui estão, aqueles que queiram ser alertados e que já não estejam na mão do Prefeito Eduardo Paes, sobre o que é a verdade desse projeto.

O Líder do Governo encaminha esse projeto como se fosse a salvação do BRT do Rio de Janeiro. Isso, na verdade, é um Cavalo de Troia. Se fosse apenas para o BRT, que fizesse uma lei própria para o BRT. Mas, não: isso, na verdade, é a carta branca e o salvo conduto aos desmandos do governo Eduardo Paes. Esse projeto tem como principal interesse manter a política de OSs e de contratações espúrias na Cidade do Rio de Janeiro. Esse é o único interesse desse projeto.

Ele tira as áreas que deveriam ser contratadas por concurso público e coloca na mão dos apaniguados políticos e para o festival das OSs e para o festival das contratações fraudulentas que tomaram conta da Prefeitura do Rio de Janeiro nos últimos anos.

Eu aqui sequer faço menção, e eu disse isso na reunião que teve mais cedo, e o Líder Átila coloca essa reunião como se fosse uma discussão democrática do projeto, e definitivamente não foi uma discussão democrática. Eles mandaram para cá um representante da Prefeitura, que veio falar dos aspectos jurídicos, sem citar o mais importante, que são os reais interesses do Prefeito e da Prefeitura nesse projeto.

E eu digo por quê. Primeiro, eu vou começar desmentindo aqueles que defendem, porque esse projeto não visa agir em calamidades ou em situações de urgência – é mentira! O projeto prevê a contratação por um e prorrogável por mais cinco anos. Isso não é emergência.

Eu vou ler para vocês aqui as situações que estão contempladas. Por exemplo, a área de Saúde Pública. Ora essa, a população de Rio de Janeiro não precisa de médicos durante todo o período? Não precisa de enfermeiro durante todos os períodos? E não adianta vir aqui me falar que, quando tem pandemia, precisa de mais, porque a pandemia já é contemplada no primeiro item. Quando tem pandemia, por óbvio, você pode fazer contratação de emergência, mas não precisa repor o efetivo de um hospital de médicos, enfermeiros, técnicos com profissionais contratados, sem critério, sem concurso público, colocando apaniguados políticos dentro do projeto, é o que nós vemos.

Nós entramos em uma Vila Olímpica da Cidade do Rio de Janeiro, nós vimos propaganda política dentro das Vilas Olímpicas. São contratados por OS, não têm compromisso com o serviço, têm compromisso com o político que os colocou lá. E é isso que ele quer manter.

Ele coloca ainda área de Educação. Ora essa, as nossas crianças não precisam de escolas? É excepcionalidade para a Prefeitura? Nós sabemos quantos alunos nós temos e de quantos professores precisaremos. Para repor, basta abrir concurso. Portanto, é conversa esse discurso de salvar BRT. Isso é mentira, isso é mentira!

Eu vou além. Ele ainda coloca aqui contratações temporárias para atividades regulares da administração pública. Ora essa, se são atividades regulares, por que você vai precisar de servidor contratado sem concurso? Agora eu explico por quê.

Aqui todos me conhecem. Eu fui vaiado no início do discurso. Eu defendo, sim, uma economia, um Estado menor, eu defendo, sim, a economia da administração pública, mas é o inverso do que nós vemos no Governo Eduardo Paes. E isso aqui é justamente o inverso, que é inchar a máquina pública com terceirizados para fazer campanha em época eleitoral.

O que eles querem é colocar currículo de apaniguado político para trabalhar sob a máquina da Prefeitura e não olhar o real serviço. Essa é a tônica do Prefeito Eduardo Paes.

Eu digo aqui com conhecimento de causa, sou médico, neurocirurgião e continuo atuando como médico.

Eu fiz essa denúncia aqui, eu fiz essa denúncia e fui calado pela situação do Governo Eduardo Paes. Eu vou ilustrar, dentro da Saúde, aos nobres vereadores o que representa essa contratação de terceirizados da Prefeitura do Rio de Janeiro com um exemplo claro e real. O menino Moreno, há aproximadamente 10 meses, uma criança de sete anos de idade, morreu em uma UPA pediátrica na Cidade de Deus porque foi atendido sete vezes dentro de uma UPA pediátrica do município por profissionais contratados por OS e que, na verdade, nem pediatras eram, nem pediatras esses médicos eram.

O retrato da terceirização é justamente este, é pegar um profissional que não tem qualificação para estar ali, porque nem pediatra era, para ser contratado a baixo preço, para enganar a população, para fazer curral eleitoral, e é isso que este projeto aqui quer.

Não caia em espalrelas, nobre Vereador Felipe Michel. Isso aqui não é para salvar BRT, isso aqui não é para enxugar a máquina pública.

Vamos discutir enxugar a máquina pública? Eu desafio algum vereador governista a vir aqui e me explicar por que o gabinete do Prefeito tem mais de R\$ 110 milhões de funcionários nomeados, dentro do seu gabinete. Eu desafio algum governista a vir aqui e me explicar por que o Senhor Roni veio de Portugal receber R\$ 80 mil de acordo de metas, se nem no Brasil ele mora. Eu desafio a vir aqui e sair dos planos de saúde. E eu como servidor público, concursado, porque sou professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, quero desafiar os senhores e perguntar se caso a esposa dos senhores fiquem doentes, se os senhores aceitarão que elas sejam operadas por um médico sem especialidade contratado por uma OS.

Vamos colocar um pouco na realidade do povo que precisa na rua. Essas contratações aqui servem única e exclusivamente com o primeiro intuito de colocar apaniguados políticos. Não sou eu que estou falando.





É para fazer campanha política em uma eleição de Governador que para ele já começou. Esse projeto aqui visa fazer com que a Prefeitura saia do regime de responsabilidade fiscal. Porque gasta com irresponsabilidade e quer colocar nas costas de falsos projetos a mão de obra que precisa para fazer suas campanhas eleitorais na rua. Não caíam nessa conversa de que é para funcionar o BRT, porque o BRT voltou, porque isso, porque aquilo. Se fosse só para o BRT, faria uma específica para o BRT. É simples. O problema é o mecânico do BRT? Vamos fazer um contrato exclusivo para os mecânicos do BRT e não incluir aqui os profissionais da educação. E tem servidor, Vereador, aqui dentro, que vai pedir voto na Educação.

Eu, quando subi, só um minuto por gentileza. Eu, quando subi nesta Tribuna, fui vaiado. Eu fui vaiado, porque eu não estou aqui para arrancar voto deles. Eu, na verdade, estou nessa Cidade para fazer o que é certo, e precarizar o serviço não é o certo. A Prefeitura é irresponsável. A Prefeitura é irresponsável. Nós não podemos dar essa carta branca para quem contrata falso médico. Nós não podemos dar carta branca a quem pega esses servidores que deveriam estar ajudando a população e estão fazendo campanha política, porque é isso que eles querem. Essa vergonha, eu tenho a mais absoluta certeza de que esta Casa entenderá que o que está se votando aqui hoje não é... Um minuto por gentileza, um minuto por gentileza.

O que está se votando aqui, hoje, não é a manutenção do BRT. O que está se votando aqui, hoje, não é enxugar a máquina pública – que teria o meu voto, como teve o meu voto, com a vaia dessa Galeria, quando se fez Reforma da Previdência e eu votei favoravelmente à Reforma, porque achava que era justo. Agora, o que está se fazendo aqui não tem nada a ver com as ideias liberais e de direita que eu defendo. Pelo contrário, o que está se fazendo aqui é aumentar a máquina pública com o dinheiro do povo para fazer campanha política. O que está se fazendo aqui é desvalorizar o médico, é desvalorizar o professor, é desvalorizar o servidor público, e não defender a população ou máquina menor.

Vamos falar de diminuição de máquina, cortando na máquina. São 32 secretarias. São 32 secretarias para fazer política. E, me encaminhando para o fim, eu falo com toda tranquilidade: se for para falar de um projeto que diminua a máquina pública, que diminua o imposto, que faça com que um monte de gente que finge que trabalha, não trabalhe, contem comigo. Agora, se for para fazer projeto para aumentar a máquina eleitoral do Prefeito Eduardo Paes, para contratar apaniguado político e para fazer caixa de campanha, não contem comigo e terão minha oposição.

Eu termino aqui com uma maneira muito clara e pedindo. Hoje tem a rede social e tem o apoio – e aí eu não estou fazendo em tom provocativo ou nada do gênero, não –, eu quero saber como vai se posicionar a bancada do Partido dos Trabalhadores nessa questão. Eu quero saber como vai se posicionar a bancada do Partido dos Trabalhadores, porque é muito claro isso: quem vai defender a precarização, não adianta vir aqui falar que é para manter o BRT, porque se for para manter o BRT, nós fazemos um projeto só para o BRT.

Quem aqui defende que tenha médico sem ser especialista no hospital; quem aqui defende que a máquina pública seja usada para abastecer as campanhas políticas; quem aqui defende que uma criança que precisa de um mediador não vai ter ou vai ter um contrato temporário, lembrem-se, enquanto o prefeito quer dar ar de moralidade, ele gasta R\$ 110 milhões no seu gabinete; R\$ 15 milhões com festa de encerramento do G20, e ele agora tenta fugir da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta lei tem um único intuito – que fique bem claro para todos que estão aí e nos assistindo –, esta lei serve para garantir os cabos eleitorais de Eduardo Paes e os seus “Menudos” daqui a dois anos. Aqui começa a campanha eleitoral de Eduardo Paes e seus “Menudos”. Vamos ver como cada vereador vai se comportar neste Plenário.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para discutir, a nobre Vereadora Monica Cunha, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. MONICA CUNHA – Boa tarde. Boa tarde a todos, todas e todes. Boa tarde, meu nobre colega. Boa tarde, meu Presidente. Boa tarde a todos os vereadores desta Casa.

Eu já inicio aqui falando uma coisa que eu até nunca pensei que fosse fazer. Meu colega Vereador Dr. Rogério Amorim, eu vou iniciar aqui com uma fala que eu até nem achei que fosse fazer algum dia, e olha que nem fui reeleita, mas eu quero continuar mantendo a minha integridade, da mesma forma que eu cheguei. Eu sou obrigada a dizer que nós do PSOL sempre só tivemos de um lado, nunca mudamos. Mas hoje eu tenho que te parabenizar e dizer que, mesmo sendo quem você é, do partido que você é, eu tenho que concordar e dar continuidade ao que você falou.

Defender o funcionalismo público, pelo amor de Deus, eu acho que tinha que ser a premissa desta Casa. Mas não, não. A gente, às vezes, pensa, fica se perguntando, se olhando, o que estamos fazendo aqui? Porque as coisas, os projetos mais importantes, que têm a ver diretamente com o ser humano, com a continuidade desta cidade funcionar, os meus colegas não concordam, os meus colegas votam contra. Então, fica difícil. Porque o número dos vereadores para ser contra as aberrações que, aqui dentro, acontecem é muito pouco. Aí parece que nós somos os errados. E a maioria que quer a destruição do funcionalismo público é que está certa.

E que destruição é essa de que a gente está falando? É esse absurdo que está aqui. Eu estou aqui apenas há quase dois anos e já lutei por ausência de planos e cargos e salários, número insuficiente de profissionais, a ausência de reajuste para diversas categorias, a vergonha do vale-alimentação por R\$ 12, os impactos...

Só um minutinho, meu povo, por favor.

Os impactos da violência armada na saúde, na educação, todos os dias, expõem esses servidores a condições inadmissíveis. Somente em 2022, eu não estava ainda aqui, os profissionais de saúde notificaram 895 eventos de risco, sendo que 367 foram de risco grave. Aí, nesse mesmo ano, as escolas registraram 2.204 fechamentos.

Então, meus colegas, aqui fica uma pergunta: por qual ser humano nós, vereadores, estamos lutando aqui nessa casa? Para qual criança a gente está lutando para continuar na escola? Qual vida futura que a gente quer?

Quando a gente está falando que não quer que esses profissionais, que são concursados, e que eles não tenham suas estabilidades, que eles não tenham os seus direitos adquiridos, a gente está falando do quê? Não tem como isso continuar, e a gente não pode concordar com essas coisas!

Senhor Eduardo Paes, não dá para você tratar os funcionários públicos dessa forma. Não dá para você ignorar os seres humanos da forma que você ignora!

Agora também fica difícil, não é, gente? Porque às vezes eu falo lá nas minhas redes e as pessoas me respondem assim: “Eu não sei o que adianta você estar falando, porque ele foi o mais votado e ganhou no primeiro turno”. É real! E aí? O que vale estarmos aqui, todos os dias, falando sobre isso, abrindo a cabeça todos os dias e falando desses absurdos em educação, saúde, transporte? De que adianta a gente fazer projeto, a gente brigar?

Porque nós, enquanto PSOL, temos como prioridade os seres humanos, desde sempre! A gente não troca, a gente não vende, a gente não faz barganha!

Então, eu queria muito que os meus colegas entendessem que esse tipo de projeto não ajuda em nada para o progresso dessa cidade! Não ajuda em nada para que nós, de verdade, tenhamos uma cidade democrática! Não ajuda em nada para a discussão que fazemos aqui todos os dias, que essa cidade é uma cidade racista! Porque, de verdade, quem é que vai precisar dos órgãos públicos? Fala para mim! É isso.

Temos que mostrar para eles que nós estamos reivindicando porque queremos uma cidade democrática. Queremos uma cidade democrática, queremos vida digna, queremos um bem viver, queremos escolas, como as crianças na Lagoa e em Ipanema. Nós queremos para os nossos filhos, para os nossos netos, as mesmas escolas que o povo da Lagoa, do Leblon e de Ipanema tem. Nós queremos uma saúde que quando precisarmos, possamos usar.

Então, quando a gente defende a Saúde pública, a Educação Pública, é porque a gente defende a vida, é porque a gente defende o povo, exatamente como você falou, é a base. A gente defende a base. Então a gente não pode parar. Ter vocês aqui conosco, juntos, para nos ajudar, por mais que não tenhamos êxito, nós não podemos nos calar. Como dizia a minha





colega aqui, que saiu daqui para ser assassinada, não seremos interrompidas, nunca. E não nos calaremos por nada, nem por ninguém, porque o direito é nosso e vamos continuar brigando sempre por eles.

Senhor Presidente, quero pedir ao senhor o adiamento desse projeto por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência submete ao Plenário o requerimento de adiamento da matéria por duas sessões.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

O SR. ÁTILA NUNES – Peço verificação nominal da votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitada a verificação nominal da votação pelo nobre Vereador Átila Nunes.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Carlos Bolsonaro, Dr. Rogério Amorim, Felipe Michel, Luciana Boiteux, Monica Cunha e Thais Ferreira 6 (seis). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. João Ricardo, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Junior da Lucinha, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Rafael Aloisio Freitas, Rocal, Rosa Fernandes, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Willian Coelho e Zico 22 (vinte e dois). Presentes 29 (vinte e nove) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 28 (vinte e oito) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 29 (vinte e nove) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 6 (seis) senhores vereadores; NÃO 22 (vinte e dois) senhores vereadores.

O requerimento está rejeitado.

A SRA. THAIS FERREIRA – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para discutir, a nobre Vereadora Thais Ferreira, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. THAIS FERREIRA – Obrigada, Senhor Presidente, pela palavra.

Primeiramente, em atenção à manifestação da Tribuna, gostaria de falar: convocação já, convocação já.

Segundamente, a gente tem que antecipar o quanto que não só eu, Thais Ferreira, mas toda a bancada do PSOL é veementemente contra esse projeto. Vereadores que já me antecederam aqui, Vereadora Monica Cunha, Vereador Dr. Rogério Amorim, Vereadora Luciana Boiteux, que ainda vai discutir o projeto, mas estivemos juntas, como o líder da bancada do governo, falou que estivemos em reunião com os representantes que apresentaram o seu manual jurídico sobre os argumentos pelo qual esse projeto deve ser aprovado nesta Casa.

Cabe dizer que os argumentos foram insuficientes, porque a gente está falando, sim, de questões jurídicas, contratuais, mas, principalmente e prioritariamente, de questões políticas que, historicamente, não foram superadas por esse governo. A gente lê aqui, e é realmente isso que deve ser reverberado, não há desculpas até hoje para a falta de nomeação, que ainda não ocorreu, para a falta de chamamento do banco dos concursados, a falta de convocação.

Nós sabemos, nós sabemos, sim, o quanto as desigualdades se acirram quando não há o fortalecimento do funcionalismo público na Cidade do Rio de Janeiro...

O que a gente tem visto que os contratos têm feito? É, de verdade, o aprofundamento da precarização do próprio servidor público e do serviço público para toda a população da Cidade do Rio de Janeiro. Trouxeram para a gente aqui algumas questões que precisam ser refutadas no Plenário.

A gente precisa falar do caráter de desvirtuação da excepcionalidade e da contratação temporária. Esse fundamento que tem sido trazido pelas partes do governo de contratação temporária, deve o seu atendimento de uma necessidade urgente, temporária e excepcional de interesse público, como é expressamente previsto na lei que é referenciada, a Lei nº 1978/1993, ele não cabe na realidade que a gente enfrenta hoje.

A extensão das prorrogações para até cinco vezes altera, de fato, esse caráter temporário e excepcional. Quem vai garantir para a gente a confiabilidade de ser excepcional e de ser impessoal?

A gente já viu outros municípios, outras cidades e estados que tomaram essa mesma decisão e que, infelizmente, não foram só duramente criticados. A gente viu verdadeiros escândalos das farras de contratos e salários, e a gente não pode esquecer de nada disso, porque a gente abre brecha para que a máquina pública ou jogue para a próxima gestão a sua responsabilidade de chamar os nomeados, de nomear, de convocar, os que já deveriam ser nomeados e também a oportunidade de abrir novos concursos.

A gente está falando de uma responsabilidade que não pode ser tirada da Prefeitura do Rio de Janeiro. A gente passou quatro anos, estamos falando dessa segunda fase, dessa segunda era do governo do Eduardo Paes, esperando convocação, esperando nomeação, o que nunca aconteceu, apesar das diversas decisões judiciais que já foram tomadas em relação a tudo isso.

A galeria está aqui de prova, veio lutando com a gente aguerridamente, de forma muito exaustiva também. A gente precisa falar sobre essas oportunidades que, infelizmente, mais uma vez, vale repetir, a gente está falando de brecha para acirrar e aprofundar ainda mais a precarização do trabalho.

Quando a gente fala de precarização do trabalho, a gente tem que se confrontar também sobre o que vai ser oferecido para a galera que vai ser contratada.

A gente está falando de 44 horas de trabalho semanais, folgas preferencialmente aos domingos, a licença-saúde não está sendo especificada que vai ser remunerada, ou seja, até para o contratado não há seguridade trabalhista. As pessoas vão ficar reféns da máquina pública que opera com a politicagem e que assedia moralmente o trabalhador.

A gente vai, sim, abrir brecha para que mais trabalhadores e trabalhadoras sejam assediados e expostos aos mandos e desmandos de grupos políticos que se mantêm, sim, no poder, porque negociam esses cargos e esses salários à conveniência do período eleitoral.

A gente está falando de uma estratégia que impede os ingressos de servidores efetivos, que são selecionados mediante os concursos que a gente deve valorizar, o que contribui, sim, para um serviço público de maior qualidade e compromisso com o atendimento a toda a nossa população.

Vai ficar meio repetitivo eu falando, a outra vereadora falando, outro vereador também, mas nós precisamos usar a tribuna, gastar todo o tempo possível para reafirmar a defesa do trabalhador, para reafirmar a defesa pela valorização do servidor público e para reafirmar que a gente vai estar aqui se colocando de frente e fazendo resistência a um governo autoritário que foge até mesmo de uma discussão política.

Nós queremos, podemos e devemos fazer a discussão política e a discussão do impacto político que está previsto nessa matéria. Aí, voltando para a questão do concurso, a gente tem uma incompatibilidade encontrada também nesse projeto, que é a incompatibilidade com o princípio do concurso público. A Constituição Federal e a Lei Orgânica do nosso município preconizam o concurso público como a principal forma de entrada, de ingresso no serviço público.

Ao priorizar os contratos temporários, o projeto está ignorando o papel constitucional do concurso, que é de assegurar a transparência e, principalmente, a igualdade de oportunidades. Nós precisamos reforçar o caráter de igualdade de oportunidades, porque, por mais que pareça garantir que vai ter um edital de acesso, uma seleção, a gente não pode





garantir qual o critério dessa seleção, qual o nível de transparência que nós vamos ter. E a gente vai, sim, ter mais uma vez a oportunidade de ver alguns grupos privilegiados em detrimento de outros.

Então, esse projeto, ao permitir os contratos temporários de longa duração, está privilegiando, sim, contratações onde a gente não pode garantir nem a estabilidade, que é o que a gente busca com o concurso público, nem a impessoalidade, que é o que também a gente busca para garantir os valores que são essenciais da prestação de serviço à população.

Outra coisa que eu pontuei aqui são as incertezas e a instabilidade administrativa. A dependência de contratações temporárias gera também instabilidade administrativa em todos os setores. Falou para a gente que ia ser uma questão específica de um setor, agora já abriu aí a caixa para isso ser para toda a administração pública, até em atividades regulares, recorrentes. Isso é algo muito grave.

Então, por essas relações, que precisam ser baseadas em prazos limitados e condições de trabalho que vão ser incertas e podem ser até mesmo abusivas, é que a gente precisa fazer esse alerta mais uma vez. É um contexto que dificulta a continuidade dos serviços e que compromete, sim, a eficiência. A galera gosta de falar de eficiência nessa gestão, não é? Mas também compromete a tal eficiência administrativa que o tal melhor gestor diz tanto valorizar e que na prática não se comprova.

Foi colocado aqui o caso do menino Moreno Moura. A criança não foi sequer atendida por um especialista em pediatria; foi atendida da forma que foi e, infelizmente, veio a óbito. Esse é apenas mais um caso entre tantos outros que a gente tem na cidade.

Precisamos colocar a situação da educação. Falamos aqui de várias mães e famílias de crianças atípicas que, infelizmente, não têm o devido suporte na educação por falta de criação de vínculo, por causa do contrato. Estava até conversando com um trabalhador da casa que tem uma filha na primeira infância ainda, que dizia: “Ah, mas a gente quer saber, porque minha filha teve uma professora que ficou com ela seis meses. Agora vai poder ficar mais tempo?”. Poder ficar mais tempo de que forma? Será que essa mulher vai estar garantida, essa trabalhadora vai estar garantida naquela escola? E a qualidade da oferta da educação vai estar garantida para aquela criança também?

Para fechar, trouxeram para a gente também uma questão: “Ah, mas até a própria administração federal faz da mesma forma e dá certo”. Não, não dá certo. A gente está falando de replicar mais práticas da própria administração federal que, onde precisa ser criticada, a gente critica também, porque embora o Executivo argumente que há um precedente na legislação federal, é importante a gente notar e evidenciar essa prática de prorrogação excessiva – porque é uma prorrogação excessiva. Quanto tempo durou a pandemia? A gente está falando agora de poder prorrogar por cinco anos. Então vai virar uma coisa de seis anos e a gente não quer isso para ninguém. Então, essa prorrogação excessiva de contratos temporários tem sido criticada porque ela leva, sim, à precarização das condições de trabalho – é muito importante fixar isso – e também, principalmente, à desvalorização do servidor público concursado. A gente está falando de um pacote que desvaloriza o servidor público concursado.

Então, trazer esse exemplo para a Cidade do Rio de Janeiro só está reproduzindo, infelizmente, uma prática ruim que vai de encontro aos princípios de valorização e de profissionalização da administração pública.

A gente tem usado um juridiquês, usado um argumento de eficiência nesse Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, que não combina. Então, a recomendação é que, de fato, o Executivo invista em estratégias que reforcem a estabilidade e a qualidade do serviço público. A melhor estratégia para isso é a convocação, é a abertura de novos concursos. Não temos alternativa. É convoca já, sim! É nomeação já, sim! A gente tem um banco de concursados à espera. É, sim, dizer não à precarização da educação, da saúde, de todo o funcionalismo público.

E a gente precisa estar aqui renovando, portanto, a indicação para que esse projeto de lei seja rejeitado. É um projeto que não pode passar, porque ele significa mais uma peça de desmonte, de precarização da administração pública e do servidor público carioca.

Fica a minha indignação. A gente precisa registrar também o quanto que a gente aqui, na qualidade de parlamentar, fica indignado, porque é um debate que precisa ser mais amplo. Mas a gente vê que tem alguns

colegas que ficam na situação e que não se colocam para esta discussão. É interessante que a gente tenha mais transparência e mais responsabilidade com o debate que a gente tem feito aqui nesta Casa, para que a gente possa ter a oportunidade de dar a resposta pública necessária para a população, a fim de que eles saibam quem são aqueles e aquelas que defendem melhor os seus interesses.

E o melhor aqui não é fazer um juízo de valor ideológico, não. O melhor aqui é pensar realmente em cima de dados, evidências, em cima do histórico da Cidade do Rio de Janeiro, em cima de tudo aquilo que a gente vê nas capas de jornais também, em cima de tudo aquilo que a gente vivencia, e em cima do que preconiza a boa gestão da administração pública, a gente fazer as melhores recomendações e orientações de projetos de lei para a nossa cidade. Então, para garantir, a gente precisa que o governo, de fato, reforce – nem reforce, não é, gente? –, assuma o compromisso com a qualidade, com a valorização do servidor.

A gente está falando aqui... infelizmente, na última sessão, eu tive que usar o Plenário para reforçar que a gente tem um inimigo em comum. O Prefeito Eduardo Paes tem sido inimigo do funcionário público, tem sido inimigo da saúde, tem sido inimigo da educação, quando se coloca dessa forma. E, infelizmente, a gente não pode deixar que mais este debate seja esvaziado e que mais essa política seja “tratorada”, porque a forma de operação é uma forma que, infelizmente, atropela os desejos reais da população, que clama por dignidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.

Para discutir, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Obrigada, Senhor Presidente.

Boa tarde, senhoras e senhores vereadores e vereadoras.

Eu quero dizer que, em primeiro lugar, merece ser feita uma crítica ao método. Foi um projeto que não passou por reuniões nas comissões. Eu não fui nem chamada para reunião. Foi assinado aqui, sem acordo comigo, nem fui consultada. Poderia ter trazido um voto contrário, registrar na ata, mas farei este voto contrário aqui.

Eu quero dizer que isso é medo. Isso é medo de que as pessoas leiam e descubram essa arapuca, Vereador Paulo Pinheiro. Isso é uma arapuca para o futuro da cidade. O que nós temos aqui é um projeto que era de quatro a cinco linhas, que já era ruim, e que veio, assim, com requintes de crueldade, o que demonstra o verdadeiro ódio ao servidor público por parte do Prefeito Eduardo Paes. E eu me pergunto: o que o Eduardo Paes tem contra o funcionalismo público estável, impessoal, que cumpra com seu papel, que se preocupe com a educação, que consiga ter um plano de carreira? Por que o Eduardo Paes quer maltratar o servidor público? A quem interessa maltratar o servidor público?

Certamente, quem defende os direitos sociais, quem defende a Constituição, vai defender o servidor público, mas isso aqui é uma arapuca, porque eu duvido que qualquer desses votos contrários tenha lido este Substitutivo. Basta ler para ver os seus absurdos. Pois veja bem.

Em primeiro lugar, pelo prazo. Vejam, nós, aqui, quando somos eleitos, temos um mandato de quatro anos, e precisamos fazer uma campanha eleitoral para fazermos jus. A lógica de ampliar até seis anos a possibilidade de prorrogação é dar um “cheque em branco”, sim. É dar um “cheque em branco” para simplesmente evitar fazer concurso. O Eduardo Paes não quer fazer concurso. Ele não quer chamar os concursados já aprovados. Por quê? Vejam, eu não sei por quê. Mas, no mínimo, é suspeito. No mínimo, é suspeito. Isso deveria ser investigado, sim, porque a Constituição determina que a regra seja concurso público, com todos os princípios constitucionais: moralidade, impessoalidade.

A gente tem que debater orçamento, a gente tem que debater a longo prazo, e não fazer uma política do precário, uma política que leva à ausência de prestação de serviço público adequado para a população.

Posso falar da saúde, e o Vereador Paulo Pinheiro falou muito da saúde. Por que não faz concurso para a área da saúde? Por que tem que deixar o trabalhador ser pago, mas não ter estabilidade, não poder contrariar as ordens?





A ideia do concurso de temporário, da seleção de temporário, amplia o assédio moral. Sabe por que ele não quer ter concurso público? Porque ele não quer ver servidor aqui nesta Casa protestando. O Eduardo Paes tem medo da auto-organização dos servidores públicos. Ele quer manter o servidor no bolso, ele quer manter o servidor no bolso fazendo contrato temporário. O contrato temporário é o seguinte: um ano – “fica quietinho aí” –, o contratado. “Fica quietinho, não reclama de mim, não. Se você reclamar de mim, eu não prorrogo o teu contrato”. É disso que a gente está falando.

Pois bem, eu estou falando então aqui, eu comecei minha fala aqui falando da política, política predatória, política inconstitucional, uma política que não se sustenta em fatos. Você tem pesquisa mostrando como é importante ter servidor concursado para poder ter um resultado de efetivação de direitos da população. Quem não quer fazer concurso, é porque não quer o bem da população, quer apenas economizar, e é isso que ele quer. O Eduardo Paes quer economizar em cima da saúde, da educação.

E vou dizer mais: a gente que acompanha a educação municipal, já vinha denunciando: não existia esse processo seletivo simplificado para professor temporário. Foi o Eduardo Paes que retomou uma prática nociva, uma prática que não resolve o problema. Por que não resolve o problema? Deixe-me explicar. Por que não resolve o problema? Não resolve o problema porque todo ano a gente vai lá e está faltando professor, mesmo fazendo o contrato temporário. O que o Eduardo Paes tinha que fazer? Calcular a médio e longo prazo. Nós sabemos qual é a demanda. Tem um número de turmas, calcula a demanda, planeja e faz concurso. Eventualmente, se realmente não tiver chance, faz em pequeno número para temporário e faz por pouco tempo, como é hoje, na verdade.

O problema todo é que não se faz concurso e fica se colocando nas costas dos temporários toda responsabilidade da ausência de planejamento e da mão fechada do Eduardo Paes que, simplesmente, quer economizar. Para quê? Para poder botar mais servidores, ou melhor, contratados temporários onde ele quiser colocar, e não fazer um planejamento de efetivação de direitos a médio e longo prazo.

Esta lei, portanto, vai ainda piorar as condições não só da educação pública municipal, que vai ficar precária, que vai ter um professor também que não vai ter a estabilidade necessária para exercer o seu trabalho com tranquilidade, e as crianças com deficiência. Eu faço uma clamação a estes parlamentares que aqui atuam na defesa das crianças com deficiência: quem defende crianças com deficiência não pode votar favoravelmente a este projeto, não pode votar favoravelmente a este Substituto, pois isso é manutenção da situação absurda do Atendimento Educacional Especializado (AAE), daqueles que têm uma remuneração baixa, daqueles que não se faz concurso e deveria fazer e daqueles que demandam tempo.

Aí vão dizer: “vai ser a precariedade de ficar prorrogando? Vai ser um contratado que vai pedir demissão porque não vai dar conta do trabalho?” E fora que esta lei aqui tem um problema de inconstitucionalidade. Ela tem um problema de inconstitucionalidade porque o que ela afirma aqui não cumpre, além do problema político, de uma política de precarização, uma política de negação de concurso público.

Eu tenho muito orgulho de ser uma servidora federal concursada com mais de 10 anos de carreira na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E voltarei para a universidade de cabeça erguida, pois sempre defendi aqui o trabalhador, o servidor, um Estado que garanta e efetiva direitos. Eu não fiquei fazendo aqui o papel de baixar a cabeça sem nem ler o projeto para acompanhar o que o Prefeito encaminha para esta Casa. É um absurdo o que a gente está fazendo aqui, hoje!

Vejam, contratação é igual à excepcionalidade. Contratação temporária é para casos excepcionais. O que esse projeto faz é tornar a excepcionalidade uma regra. Isso viola diretamente a Constituição, que afirma que o servidor público só pode ingressar no serviço mediante um concurso.

É muito importante, nesse sentido – está muito lento, não estou conseguindo ler, não –, entender que, quando se fala do tempo necessário, quando se fala da excepcionalidade, não basta botar esses termos na lei. O que essa lei devia constar, mas não vão dar nem tempo de a gente fazer emenda, porque o substitutivo veio agora de manhã, é dizer o seguinte, só pode ter contratação temporária se não tiver concursado já aprovado em

concurso público. Se já tem concursado aprovado, a obrigação do Estado, ou melhor, do município, é chamar esses concursados para assumir a vaga.

Essa lei aqui, caso seja aprovada, nesse caso aqui, o que a gente está fazendo, simplesmente, é dizer, não tem nenhum limite, não tem nenhuma condição, basta ele fazer um despacho ali e ele vai...

Eu queria, já falei aqui, minimamente, poder ter a chance de emendar esse projeto para adequá-lo à Constituição Federal. A emenda que tinha que ser aprovada é essa, não pode ter contratação temporária com concurso, com pessoas para serem chamadas em concurso. Não pode ter contratação temporária se há condições de chamar concurso e propositalmente o prefeito não chama. Isso, inclusive, viola a própria lei e a Constituição, se recusar a chamar concurso quando existe demanda real, quando tem vaga, e essa vaga não poderia ser ocupada jamais por temporários de cinco anos. Tinha que ser realizado o concurso, aliás, a lei federal fala isso, e a lei vigente também.

Eu já atuei na UFRJ, em vários cargos de administração da universidade e nós somos supercautelosos com o chamamento de temporário, o trabalho que o administrador tem que fazer é planejar concurso público para dar conta de uma demanda real, precarizar e botar nas costas do trabalhador temporário com condições inferiores à condição de servidor...

Inclusive, sabem qual é a colocação aqui? Eles misturam situações excepcionais, por exemplo, de calamidade pública, mas logo depois abrem para educação, para saúde, para assistência social, e por aí vai. O que a lei deveria conter são só casos mesmo que demandem essa realidade.

Eu vou dizer mais, eu vou dizer mais para vocês, quando a gente olha para o que vai ser esse serviço público, caso esse substitutivo seja aprovado, nós vamos ter uma lógica que a regra vai ser só chamar temporário, fazer processos seletivos, rapidinho, contratar quem estiver mais perto. Essa lógica, esse projeto, ele reafirma um projeto que é de negar direitos à população.

Veja bem, se fosse só o caso do BRT – e eu vou ter que concordar aqui com o Vereador Dr. Rogério Amorim –, eu assino agora um projeto de lei só para resolver esse caso do BRT. Pegaram o BRT, usaram, foi só o que o líder Átila Nunes falou aqui. Chegou aqui e falou do BRT, como se o projeto fosse só do BRT, como assim? Ele está querendo enganar quem? Está querendo enganar quem não leu o projeto e vota com ele sem ler, só se for isso, com a devida vênia.

Vejam só, é uma política perversa, é uma lógica de precarização do trabalho. A população brasileira não aceita mais essa lógica de naturalização da precarização do trabalho. Há quebra de estabilidade, quebra dos vínculos necessários na Saúde, na Educação, na Assistência Social, em todas as áreas, em regra.

Vejam, essa alternância de pessoas em cargos, ainda mais de Educação, nos faz andar para trás no Projeto Pedagógico, na formação dos nossos estudantes, no cuidado das nossas crianças. Esses contratados não têm os mesmos direitos dos servidores. Esses contratados são uma economia porca, porque não existe economia restringindo direitos, isso é uma economia porca, isso é contraproducente, isso é uma violação da Lei da Moralidade Pública.

Quero dizer também dos impactos na Previdência. De tanto não realizar concursos e, portanto, não ter mais contribuição para o Previ-Rio, nós temos uma previdência que está prestes a quebrar.

É um absurdo essa lógica de gerir déficit da previdência!

Nós queremos que a excepcionalidade seja tratada com excepcionalidade, mas está tão banalizada que corremos riscos, os atuais servidores. Se chamar os concursados, se fizer concurso, vai ter também uma previdência mais fortalecida. É uma regra matemática.

Por fim, eu quero dizer que a gente defende que o serviço público seja o mais fortalecido possível, inclusive para o servidor poder protestar, inclusive para o servidor poder se organizar em sindicatos e poder reagir.

É muito fácil impedir manifestação, quando você tem um contratado no bolso. E é isso que o Eduardo Paes quer fazer. Quer manter a rédea ali, e fazer contratados dóceis, não poderem nem protestar. Mas nós estamos do lado dos servidores, estamos do lado do serviço público, estamos do lado das políticas sociais, e vamos votar contra esse projeto e contra qualquer projeto que banalize e ataque os serviços públicos previstos na nossa Constituição.





O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Obrigada a vocês que vêm aqui, estamos juntos, e não vamos aceitar calados o que estão tentando fazer.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.
Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

A Presidência tem a honra de registrar as presenças do prefeito eleito de Porciúncula, Guilherme, e do sempre vereador, Arraes, que estão aqui presentes.

Para encaminhar, o nobre Vereador Paulo Pinheiro, por delegação da liderança do PSOL, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO PINHEIRO – Senhoras vereadoras, senhores vereadores, Presidente Caiado. Todos vocês que estão aqui na plateia.

Eu tenho a responsabilidade de encaminhar a posição do PSOL. Só um minutinho. Por favor, vamos respeitar a fala do orador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Por favor, por favor. Temos o orador falando.

O SR. PAULO PINHEIRO – Só para completar, eu tenho a responsabilidade de encaminhar a posição da Bancada do PSOL em relação a esse projeto. Eu havia discutido anteriormente na terça-feira o projeto inicial, aquele tal projeto que a gente imaginava que era da MOBI-Rio, e agora vem um substitutivo com uma série de coisas.

Eu queria pontuar duas coisas importantíssimas em relação a esse projeto. E para que os vereadores que vão votar, a gente sabe que alguns estão prestando atenção, mas outros já vêm com o voto pronto e intocável, mas é preciso que eles saibam de algumas coisas, da responsabilidade desse voto. Esse voto, aprovar esse substitutivo, tenha os senhores a consciência de que é um tiro no peito, um tiro no peito do serviço público com o servidor público.

Esse é o primeiro ponto. Nós já temos exemplo disso. Eu vou exemplificar o que está acontecendo agora na rede federal. Na rede federal, a ministra tomou uma série de medidas na área da saúde e está colocando terceiros para administrar. Para vocês terem uma noção, a rede de seis hospitais federais do Rio de Janeiro tem sete mil servidores concursados e quatro mil temporários. Os senhores sabem há quanto tempo não tem concurso público na rede federal de saúde? Há 14 anos.

Durante 14 anos, vários governos resolveram fazer isso que o Eduardo Paes está fazendo agora. De que maneira? Não fazendo concurso. Ao não fazer concurso, faltam profissionais, técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos nas unidades. E, aí, vem o apelo público, está morrendo gente, não tem gente, aí é um caso de emergência. Só que essa emergência está há 14 anos na rede federal. Quatro mil servidores hoje são temporários, que foram sendo trocados. Essa troca de servidores é muito ruim para os órgãos públicos.

Na Prefeitura, nós temos o mesmo exemplo. Alguns vereadores são mais velhos aqui na Casa, se lembram, em 2009, quando entrou o Eduardo Paes. O Eduardo Paes entrou, em 2009, qual era o intuito dele para o servidor público. O intuito dele era exatamente esse: acabar com o concurso público, acabar com o serviço público. Aprovou nessa Casa a lei das OSs, aprovou a lei da RioSaúde.

Hoje a RioSaúde tem 15 mil servidores que são contratados dessa maneira. São temporários, têm um ano e renovam mais um ano. Deu resultado isso? A mesma coisa está acontecendo agora. Quando o Substitutivo fala, e eu quero ler um pedaço dele que é importante, quando ele fala que “as situações de emergência são situações de calamidade pública, assim decretada, e situações de emergência, inclusive no combate a surtos, epidemias e endemias”, tudo certo. Isso já foi feito, como eu falei aqui, no Governo Crivella. Adiaram a saída desses profissionais.

Agora, nesse substitutivo ele acrescenta aonde ele vai fazer. Ouçam os senhores, ouçam só o que ele diz, o que está escrito no substitutivo, que é a discussão que todo mundo sabe. Ouçam perfeitamente isso aqui. Na área de educação, quando é que eles vão poder contratar gente na área

de educação? “Nos casos de carência de professores ou profissionais de apoio à educação”. Por que tem carência de professores? Porque não tem concurso público.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vereador, já deu o tempo...

O SR. PAULO PINHEIRO – Vou terminar. E aqueles concursados não são chamados. Na área de Saúde Pública, na área de Assistência Social, na área de Tecnologia e Informação, necessidade de obra de saneamento, ou seja, se abre para tudo, se abre para tudo. Isto é o fim, isto é o fim do serviço público.

E eu peço aos vereadores que entendam isso. Estou terminando, Senhor Presidente, só mais um segundo. Terminando. Eu peço aos senhores que entendam o seguinte. Essa proposta... não tem...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vereador, peço que conclua.

O SR. PAULO PINHEIRO – Posso concluir, só que eu estou engasgando. 30 segundos, foi um engasgo só.

Essa proposta significa que, durante seis anos, você vai poder renovar o contrato das pessoas. Seis anos em que o Prefeito não precisa fazer concurso público em cada área dessas. Vai jogar sempre para a próxima gestão, porque acha que ele não vai ser reeleito outra vez, que não pode. Mas acontece exatamente isso. Esse projeto não pode ser aprovado e é preciso que cada um entenda isso. Por que o Prefeito está fazendo isso? É para acabar com o servidor público. Ele está acabando em partes, fazendo em etapas, espartilhando o servidor público a cada momento.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vereador...

O SR. PAULO PINHEIRO – Não ao projeto, não ao projeto, e a responsabilidade de quem votar favorável... É preciso que todos entendam quem é a favor, saber exatamente o que vai acontecer e por que cada vez mais o serviço público do Rio é destruído. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Luiz Ramos Filho, a convite, e na sequência reassume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador Paulo Pinheiro.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Marcio Ribeiro, por delegação de liderança do PSD, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, nobres colegas. O projeto prevê a contratação temporária, isso quando se trata das emergências que a Prefeitura, que a gestão do Executivo possa ter para a cidade, ele acaba se tornando um projeto muito importante.

A gente hoje tem na educação um contrato de modelo temporário, que funciona de seis meses, podendo ser renovado por mais três meses. Isso impede que o atendimento que aquela criança precise seja completado até o final do ano letivo, tendo praticamente ali no quarto bimestre, no último bimestre, a falta ali daquele profissional que atendeu aquela criança e aquele adolescente durante um ano.

Sem falar no impacto que causa à Mobi-Rio se a gente não conseguir fazer a aprovação desse projeto, impedindo a continuidade desse serviço tão importante para a nossa cidade. Fora isso, a gente tem a questão...

Presidente, eu peço para parar meu tempo aí, para que eu possa ter o direito a minha fala, por favor. Eu peço atenção ao tempo para que seja preservada a minha fala, por favor.





O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Por favor, Vereador Marcio Ribeiro, conclua.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Concluindo o raciocínio, Presidente, a gente ainda tem as discussões dos mediadores, as pessoas responsáveis pelo acompanhamento da educação, do ensino das crianças nas escolas. É muito importante que esses profissionais, além de poderem ser contratados com mais facilidade e agilidade, que eles possam ter o tempo necessário para poder terminar o ano letivo.

Como prevê o projeto, você ainda tem a possibilidade de ser estendido por mais cinco anos, caso necessário...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Por favor, vamos respeitar o orador. Por favor.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Concluindo, Presidente, a importância desse projeto para a Cidade do Rio de Janeiro é muito grande. Isso ainda vai permitir que a gente dê agilidade para outras emergências e outros problemas que tenham na cidade, por exemplo, como a gente discutiu mais cedo, na assistência social, na abordagem aos moradores em situação de rua e as outras urgências que a cidade tem, não só na educação, na saúde, mas nos outros quesitos importantes da cidade, trazendo mais agilidade e mais qualidade.

É por isso que o nosso encaminhamento é favorável à bancada do PSD, e a gente pede o voto SIM ao projeto, dando continuidade à contratação de pessoal por tempo provisório. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, líder do PL, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Senhor Presidente, o meu encaminhamento aqui é muito direto e claro. Não caíam, vereadores, na conversa que foi dita. Nobre Vereador Marcio Ribeiro, que me antecedeu, para resolver o problema da criança que não tem mediador, é simples: concurso público. Para resolver a falta de médico no hospital, concurso público.

O que não dá para fazer através de concurso é contratar cabo eleitoral. Não se contrata cabo eleitoral para o concurso. Para esses que precisam desse projeto que vocês querem empurrar goela abaixo. Para assistência social, tem concurso público, para a saúde tem concurso público, para arrumar subterfúgio para bancar campanha eleitoral de governador é que precisa de OS, é que precisa colocar os apaniguados. Para o resto, nós colocamos concurso público, porque o medo é que com o concursado você não pode botar uma bandeira na mão e um monte de papelzinho para fazer campanha, com o concursado não dá para fazer campanha política. Então, não caíam nessa esparrela.

Se fosse para salvar o BRT, nós faríamos um projeto único e exclusivamente voltado para os mecânicos do BRT. Não é, não é isso, o que se quer é continuar com o desrespeito que a Prefeitura tem com o dinheiro do povo, R\$ 100 milhões do gabinete do Prefeito. O que eles querem é manter o pessoal que mora em Portugal, mas ganha uma gorjeta de R\$ 80 mil no final do ano, é para isso que eles querem essa lei.

Mas eu vou deixar um recado bem claro a todos que nos assistem: olhem bem esse painel, olhem bem esse painel e não deixem esse painel morrer. Aqueles que estiverem em verde foram aqueles que quiseram o fim do serviço público, o desrespeito ao dinheiro público para bancar campanha eleitoral, e os que estiverem em branco são aqueles que não tiveram a coragem de vir aqui hoje e encarar os senhores.

Eu encaminho pelo voto contrário a esse projeto, que serve para o Eduardo Paes continuar desrespeitando o orçamento público, dando um tapa na cara da sociedade e iniciar a sua campanha para o Governo do Estado em 2026. Meu encaminhamento é contrário.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

O SR. EDSON SANTOS – Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar a votação, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, companheiros que ocupam as galerias da Câmara Municipal.

Na condição de líder do Partido dos Trabalhadores estou aqui representando o pensamento da bancada composta por Tainá de Paula, pela Vereadora Luciana Novaes, pelo Vereador Dr. Marcos Paulo. Nós temos, nesse período agora, algumas questões a serem enfrentadas. A semana próxima, nós teremos aqui a questão do Estatuto do Servidor. A bancada do Partido dos Trabalhadores tem posição contrária, tanto à questão...

Se as senhoras permitirem eu estender meu raciocínio, eu chegarei ao ponto que as interessa.

A questão da licença especial, a questão da carga horária dos professores, é algo que a bancada do PT não vai acompanhar o Governo nessa votação.

No entanto, Senhor Presidente, eu peço à liderança do Governo a compreensão para sentar e negociar, porque isso mexe com a vida das pessoas, com o direito das pessoas.

Quanto ao projeto em tela, todos que aqui falaram, é um projeto bastante amplo, bastante largo, que envolve várias áreas da Administração Municipal do Rio de Janeiro. Não estamos tratando apenas de professores, estamos tratando do pessoal de apoio da Educação que precisa, Senhor Presidente – não é o pessoal de apoio que precisa, quem precisa são as crianças, que são objeto de atendimento desses profissionais de apoio.

Então, nós temos que votar tendo o olhar para o povo. A questão do sistema de transporte da Cidade do Rio de Janeiro, nós teremos necessidade de contratação de pessoal temporário para fazer...

Senhor Presidente, não tem condição de continuar falando.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Respeitem a fala do Vereador Edson Santos, por favor.

Por favor, Vereador.

O SR. EDSON SANTOS – Quanto à questão...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vamos, Vereador, por favor.

O SR. EDSON SANTOS – Presidente, é difícil a gente desenvolver o raciocínio com as pessoas buscando interditar o debate. Isso é uma forma de autoritarismo também, contra o qual nós lutamos durante anos e anos neste país. Isso é uma forma de interditar o debate político aqui, nesta Casa. Então, eu exijo, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Por favor, vamos respeitar a fala do Vereador.

O SR. EDSON SANTOS – Eu exijo respeito! Eu exijo respeito!

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vamos respeitar a fala do Vereador, por favor!

Por favor, vamos deixar o Vereador concluir.

O SR. EDSON SANTOS – Presidente, eu tenho uma larga história na vida política aqui, no Rio de Janeiro, e não vai ser um número inexpressivo de pessoas que vai me dar a pecha de traidor. Isso eu não carrego nas minhas costas. O que eu carrego aqui é o peso das minhas convicções, que ninguém há de mudar, e, nesse aspecto, eu peço respeito. Porque os mesmos que estão aqui a me vaiar e a me xingar são os mesmos que aplaudiram o Dr. Rogério Amorim, que, sim, é





inimigo do Estado, quer acabar com o Estado brasileiro. E vocês, no seu sectarismo, no seu sectarismo, não querem... e vocês, no seu sectarismo, não querem ouvir o contraditório. Tem ali uma placa dizendo que a Vereadora Tainá é traidora. Vejam que absurdo, a que ponto que nós chegamos, Presidente!

Eu vou encerrar. Eu não volto mais. Não volto. Eu tenho convicção disso e faço questão de cumprir o meu mandato até o final, defendendo as minhas ideias e o meu partido.

Essas pessoas que estão aqui, que são alinhadas ao Partido Socialismo e Liberdade, são alinhadas a esse partido, deveriam ter noção que nós do PT emprestamos apoio, não só apoio, mas emprestamos a nossa força para que o PSOL pudesse eleger prefeitos, tanto em São Paulo, quanto em Belém. A dificuldade é de entender que, em determinadas situações, nós vamos caminhar separados, mas o que se pede é o respeito de vocês quando vêm aqui na Casa. É isso que eu peço, Senhor Presidente. Lamentável, lamentável esse espetáculo aqui nas galerias da Câmara! É pura agressão, pura e simples agressão às pessoas, pura e simples agressão ao meu mandato e ao meu partido.

O encaminhamento é favorável. Boa noite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

Para encaminhar, o nobre Vereador Átila Nunes, Líder do Governo, que dispõe de três minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos os vereadores, vereadoras.

Presidente, escutei vários argumentos e entendo bem a preocupação de todos aqueles que entendem a importância da matéria. Queria, de antemão, primeiro parabenizar a todos aqueles que se dedicam, em especial mediadores para crianças especiais. São profissionais que a gente tem que ter um grande respeito e grande admiração. Falei aqui no início da sessão, fiz aqui o meu depoimento positivo, com relação a todos os profissionais do BRT, do Mobi-Rio, que fizeram toda a diferença. Aquilo que era visto por muitos como impossível de ser realizado, vocês conseguiram. Hoje o BRT é um serviço aprovado pela grande maioria da população! Isso tem que ser dito! O BRT foi resgatado por vocês, por vocês! Vocês estão de parabéns! Vocês resgataram o BRT! Vocês deram dignidade à população do Rio de Janeiro, à população que precisa usar esse serviço.

Professores mediadores, vocês trazem dignidade às escolas municipais! Vocês estão de parabéns. A população carioca reconhece o trabalho de vocês e isso é comprovado em pesquisa. Não vamos nos intimidar. Quem fala isso é a população carioca, que elegeu o Prefeito Eduardo Paes no primeiro turno, com 60% dos votos!

Dito isso, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Por favor, vamos respeitar o Vereador! Por favor, vamos respeitar o orador!

O SR. ÁTILA NUNES – Prestadas as devidas homenagens que nós devemos aos profissionais, queria trazer números muito rápidos aqui. E peço que Vossa Excelência tenha a mesma paciência que teve com o Vereador e meu querido amigo, Paulo Pinheiro.

Presidente, hoje na Cidade do Rio de Janeiro, no quadro de servidores... Vereador Marcio Santos, sabe quantos servidores estão licenciados hoje por questões médicas? São 13.428 servidores.

Só na área de educação... Isso na área de pedagogia! O senhor, que é Presidente da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social, deve conhecer esses números. São 6.982 profissionais de educação que estão licenciados. Ou seja, são profissionais...

Olha, desculpa... Desculpa, mas os 19.191 eleitores... Desculpa, mas os 19.191 eleitores me deram mais quatro anos para fazer meu trabalho aqui!

Então, se você quiser vir para cá, basta concorrer! Venha numa campanha! Tenha votos necessários para chegar aqui! Agora, você quer casar um parlamentar democraticamente eleito... A senhora não vai cassar! E não vai cassar a minha voz! Basta concorrer. Concorra! Concorra e

tenha seus votos. Basta concorrer e venha aqui fazer parte da legislatura. Presidente, se permitir a minha fala...

Só na área de educação são 6.982 servidores licenciados, Professor Rocal. Meu querido amigo, são profissionais que vão retornar. Só que eles vão retornar quando tiverem bem de saúde. E como é que ficam as crianças? Ficam sem aula aguardando acabar a licença médica deles? Como é que se faz?

E mais: como é que você pega... Vai pegar um profissional temporário, quando ele acaba de se acostumar, você vai demitir esse profissional? Já havendo uma nova necessidade, uma vez que os profissionais licenciados vão continuar? Não! Você tem que dar prazo pra ele.

Então, Presidente, votar contra esse projeto é querer impactar negativamente a quem realmente importa que é a população carioca que depende desses serviços públicos, é a população carioca que entra no ônibus do BRT, é a criança que tem uma necessidade especial que precisa de um mediador. E tantos outros profissionais...

Infelizmente ninguém pode aguardar um profissional servidor licenciado voltar da sua licença médica. A cidade tem que continuar. A população carioca precisa receber os serviços. Por isso, Presidente, encaminho favoravelmente ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência submete ao Plenário o requerimento do Vereador Átila Nunes com o seguinte teor:

(LENDO)

REQUERIMENTO S/Nº

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a prorrogação da presente sessão por uma hora.

Plenário Teotônio Villela, 07 de novembro de 2024.

Vereador Átila Nunes
Líder do Governo

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitada verificação nominal de votação pelos Senhores Vereadores Luciana Boiteux, Teresa Bergher e Dr. Rogério Amorim.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Rafael Aloisio Freitas, Rocal, Rosa Fernandes, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Willian Coelho e Zico 27 (vinte e sete). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Carlos Bolsonaro, Dr. Rogério Amorim, Felipe Michel, Luciana Boiteux, Monica Cunha, Paulo Pinheiro e Teresa Bergher 7 (sete). Presentes 35 (trinta e cinco) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 34 (trinta e quatro) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 35 (trinta e cinco) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 27 (vinte e sete) senhores vereadores; votaram NÃO 7 (sete) senhores vereadores.



O requerimento está aprovado.

O SR. FELIPE MICHEL – Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Felipe Michel, por delegação da liderança do Progressistas, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Muito obrigado, Presidente.

Apenas quero deixar registrado aqui que, em primeiro lugar, a gente vem diariamente fiscalizando as unidades da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. E o que a Prefeitura sempre alega, principalmente na área da Saúde, as Clínicas da Família sem médicos, os hospitais, é o problema que tem na contratação.

Isso a gente tem na questão dos mediadores, na questão do BRT, que é uma questão que a gente já falou, para dar continuidade no trabalho. Então, Presidente, eu venho neste mandato todo sendo totalmente oposição ao Governo Eduardo Paes – e venho sendo muito crítico, e falo também no dia de hoje, que eu já falei relacionado à Linha Amarela. Porém, neste projeto, após o nosso trabalho incansável da Comissão de Transportes e Trânsito, que por meio da Câmara, nós conseguimos resgatar a dignidade no BRT, salvando o BRT da cidade.

A Comissão de Transportes e Trânsito, a Câmara Municipal dos Vereadores, então, somos favoráveis, sim, a este projeto.

Mas eu quero dizer o seguinte, Presidente: o que deixa claro para nós vereadores é que com essa contratação vai acabar, da mesma forma que acabou o problema no BRT, vai acabar o problema nas escolas, na Saúde. Então, é o seguinte, Presidente: votou, aprovou o projeto, eu vou fazer a minha função, como órgão fiscalizador do Rio de Janeiro, e vou voltar cada vez mais a fiscalizar a Saúde, a Educação, o social, que está uma vergonha ainda na nossa cidade.

Vou votar favorável, mas deixo aqui registradas as minhas emendas. Primeiro lugar, para ter o salário piso desses terceirizados dentro da categoria. Qual é o piso do motorista? Tem que ser esse salário. Qual é o piso do administrativo? Tem que ser esse salário. Tem que ter salário piso. Porque eles não podem entrar ganhando menos de quem já está lá dentro. E mais, Presidente, quero aproveitar os pais das crianças com espectro autista, fazer curso de capacitação e contratar para a Educação da nossa cidade, aproveitando esses pais para terem mais dignidade, mais uma emenda.

E a outra emenda, Presidente, é após esse período de contratação, colocar em prática os concursos públicos da nossa cidade. É isso que eu queria deixar, e que todos os nobres vereadores possam apreciar as emendas importantes para o projeto e para a gente ter o mínimo de dignidade e parar de engessar a máquina pública.

Meu voto é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

Em votação o Substitutivo nº 1.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Willian Coelho e Zico 33 (trinta e três). E que votaram NÃO Carlos Bolsonaro, Dr. Rogério Amorim, Luciana Boiteux, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Teresa Bergher e Thais Ferreira 7 (sete). Presentes e votando 40 (quarenta) senhores Vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 40 (quarenta) senhores vereadores. Votaram SIM 33 (trinta e três) senhores vereadores; votaram NÃO 7 (sete) senhores vereadores.

O Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2584/2023 está aprovado e voltará em 2ª discussão, após a redação ao vencido; o projeto original fica prejudicado e segue ao arquivo, nos termos do art. 268 do Regimento Interno.

Para declaração de voto, o nobre Vereador Átila Nunes, que dispõe de três minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Senhor Presidente, solicito a dispensa da publicação da redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Solicitada a verificação nominal de votação pelo nobre Vereador Dr. Rogério Amorim.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. João Ricardo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Rafael Aloisio Freitas, Rocal, Rosa Fernandes, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Willian Coelho e Zico 27 (vinte e sete). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Carlos Bolsonaro, Dr. Rogério Amorim, Luciana Boiteux, Monica Cunha, Paulo Pinheiro e Teresa Bergher 6 (seis). Presentes 34 (trinta e quatro) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 33 (trinta e três) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 34 (trinta e quatro) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 27 (vinte e sete) senhores vereadores; NÃO 6 (seis) senhores vereadores.

O requerimento de dispensa da publicação da redação do vencido está aprovado.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Para declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Senhor Presidente, só quero fazer duas observações aqui.

Primeiro, falar aos funcionários do BRT que, na verdade, foram usados como iscas, infelizmente. Esta Casa se propôs a fazer o projeto única e exclusivamente para os senhores. Infelizmente, o que se quer não é garantir os senhores; é garantir os cabos eleitorais.

Segundo, Senhor Presidente, eu fiquei curioso – muito curioso! – com o partido que sempre disse defender o trabalhador e o servidor público. Todos os seus vereadores votaram pelo fim do serviço público e votaram a favor da máquina de Eduardo Paes. É extremamente esclarecedor o que aconteceu aqui hoje.

Eu termino ainda dizendo que o problema não é o projeto; problema é quem faz esse projeto, que é quem não respeita o serviço público, quem não respeita o dinheiro público, quem gasta R\$ 10 milhões com seu gabinete, quem traz morador de Portugal para vir ao Rio de Janeiro receber um capilé de R\$ 80 mil e, depois, diz que quer moralizar o Rio de Janeiro.

Vamos fazer a seguinte proposta aos nobres vereadores que votaram SIM, inclusive ao nobre Vereador Felipe Michel, de olhar com lupa aque-





les que foram contratados por essas organizações sociais, em contratos temporários, e ver de quem realmente essas pessoas estão a serviço – se da cidade ou de campanhas políticas de vereadores, deputados e governadores. Vamos colocar lupa nisso.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

Para declaração de voto, o nobre Vereador Rafael Aloisio Freitas, que dispõe de três minutos.

O SR. RAFAEL ALOISIO FREITAS – Presidente, é só para a gente registrar aqui que no Plenário da Câmara as votações são democráticas. A maioria ganha e tem o voto, sim. Aproveito para pedir verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitada verificação de quorum pelo Senhor Vereador Rafael Aloisio Freitas.

A Presidência solicita aos senhores vereadores que registrem suas presenças.

(Os senhores vereadores registram suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores Carlo Caiado, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Monica Cunha, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura e Rosa Fernandes 9 (nove)).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) - Presentes 9 (nove) senhores vereadores. Não há quórum para dar continuidade aos trabalhos. A Presidência, antes de encerrar a Sessão, dá ciência ao Plenário de requerimento do Líder do Governo, Vereador Átila Nunes, convocando Sessão Extraordinária para as 18h11, deferido com base no art. 206, XI, do Regimento Interno, com o seguinte teor:

(LENDO)

REQUERIMENTO S/Nº

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a convocação de Sessão Extraordinária às 18:11 do dia 07/11/2024, para apreciar o PL nº 2584-A/2023, de autoria do Poder Executivo e das COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, COMISSÃO DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL, COMISSÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMISSÃO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COMISSÃO DE ESPORTES LAZER E EVENTOS, COMISSÃO DE TRABALHO E EMPREGO, COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

Plenário Teotônio Villela, 07 de novembro de 2024

VEREADOR ÁTILA NUNES
Líder do Governo

Com o apoio dos Senhores VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR ALEXANDRE ISQUIERDO, VEREADOR CELSO COSTA, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR FELIPE MICHEL, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO, VEREADOR MARCELO ARAR, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCIO RIBEIRO, VEREADOR MARCIO SANTOS, VEREADOR MATHEUS

GABRIEL, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR ROCAL, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR WALDIR BRAZÃO, VEREADOR WILLIAN COELHO, VEREADOR ZICO, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADORA TÂNIA BASTOS

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Presidência lembra aos senhores vereadores, já consta a redação do vencido assinada pela Comissão de Justiça.

Então, antes de encerrar, a Presidência comunica que o Projeto de Lei nº 2544/2023 recebeu emendas de números 1 e 2 de autoria das comissões, que seguem à publicação; e convoca Sessão Extraordinária para as 18h11, com a seguinte:

(LENDO)

ORDEM DO DIA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 07.11.2024

1 EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 2584-A/2023 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO E DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO; DE HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL; DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL; DE EDUCAÇÃO; DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; DE OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA; DE ESPORTES, LAZER E EVENTOS; DE TRABALHO E EMPREGO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, QUE “DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

*Prazo em 13/12/2024.

2 EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE PRIORIDADE
EM 1ª DISCUSSÃO
EM 1ª SESSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 3558/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 114/2024), QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025”.

PARECER DA : Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira FAVORÁVEL COM EMENDAS DE Nº 1 E 2, Relatora Ver. Rosa Fernandes.

*Prazo em 15/12/2024.

3 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391/2024 DE AUTORIA DA VEREADORA THAIS FERREIRA, QUE “CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A SANDRA CRISTINA MALAFAIA FREDERICO DE SÁ”.





4 EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 388/2024 DE AUTORIA DA VEREADORA THAIS FERREIRA, QUE “CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A RICARDO CARDOSO AZEVEDO”.

PARECER CONJUNTO DAS Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Pela CONSTITUCIONALIDADE E MO MÉRITO FAVORÁVEL, Relator pela Comissão de Justiça e Redação: Vereador Dr. Gilberto. Relator pela Comissão de Mérito: Vereadora Luciana Boiteux.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h10)



11ª LEGISLATURA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA

2º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 47ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.
EM 7 DE NOVEMBRO DE 2024.

Presidência dos Srs. Vereador Carlo Caiado, Presidente; e Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

Às 18h11, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Willian Coelho e Zico 43 (quarenta e três), assume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens, dou por aberta a Sessão”.

A Presidência submete ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à Ordem do Dia.

Passa-se à

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à primeira matéria da pauta:

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 2584-A/2023 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO E DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO; DE HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL; DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL; DE EDUCAÇÃO; DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; DE OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA; DE ESPORTES, LAZER E EVENTOS; DE TRABALHO E EMPREGO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, QUE “DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

*Prazo em 13/12/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Para discutir, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de 15 minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Senhor Presidente, é com espanto que eu volto nesta Tribuna hoje. Espanto pela submissão desta Casa! Espanto porque foi votado da maneira que o prefeito queria! Só que não basta ser da maneira que ele quer, é quando ele quer. A base sequer pode deixar para terça-feira a votação desse projeto. Os vereadores estão aqui atendendo ao único desejo exclusivo do Prefeito Eduardo Paes, que, para mostrar poder sobre esta Casa, obriga que os vereadores fiquem aqui após o horário, não para discutir um projeto urgente que tem que ser votado para amanhã, mas para mostrar a força dele e a submissão desta Casa. Não há nenhum motivo para não se postergar essa votação, como se faria com qualquer pauta que entra nesta Casa para a semana seguinte. Espanta-me ver, vereadores, e eu quero até ver o comportamento de alguns que se dizem independentes, se vão ficar aqui para atender a um gosto único e exclusivo do Prefeito Eduardo Paes.

Não achem que a urgência desse projeto é para o bem da cidade. Não faz diferença regimental nenhuma votar hoje ou terminar de votar na terça. Isso é apenas demonstração de força e sinal inequívoco da submissão desta Casa de Leis. Esse projeto poderia muito bem ser adiado de hoje, ser votado em 2ª discussão na terça, como assim foram 99% de todos os projetos que aqui passaram. Não basta fazer do jeito que ele quer, mas ele tem que mostrar que tem o poder e o controle desta Casa.

Nós aqui deveríamos ser um poder independente e harmônico, e não há nenhuma justificativa para esse projeto ser votado de urgência.

Mais uma vez, eu falo, se disse ali que esse projeto foi para salvar o BRT, mentira. A Casa propôs aqui fazer um projeto para o BRT, o que esse projeto quer é financiar a campanha de Eduardo Paes e seus menus em 2026. É simples assim, como indicando, sem qualquer critério, aqueles que estão nas funções desses cargos. Problema não é a lei apenas, é quem fez a lei. Eu, mais uma vez, vou aclamar, não é possível que nenhum de vossas excelências se sensibilize com isso. Os senhores têm filhos. Esses contratos temporários fizeram com que um menino de sete anos morresse. Esse menino foi sete vezes a uma UPA pediátrica, e em nenhuma delas foi atendido por um pediatra. Porque foi contratado em um desses contratos que os senhores estão aprovando por alguém que não tem o menor compromisso com essa cidade. Se tivesse compromisso com a cidade, nós defendemos um Estado menor. Cadê o compromisso dessa cidade de quem gasta R\$ 110 milhões no seu gabinete? Cadê o compromisso dessa cidade com quem pagou mais de R\$ 80 mil a uma pessoa que mora em Portugal? Cadê o compromisso dessas contratações quando alguém precisa de médico, vai ao posto de saúde da Prefeitura e encontra alguém que está treinando? Os senhores levariam o filho de vocês em um pediatra que não é pediatra? Então não queiram isso para o filho dos outros.

Eu achei muito legal quando o líder de governo, outros vereadores, o próprio nobre vereador Felipe Michel coloca, que ele vai votar a favor

